



1º Simulado

SEFAZ AL

Auditor Fiscal da Receita
Estadual - Pós-edital

Simulado Especial

1º Simulado SEFAZ AL – Auditor Fiscal da Receita Estadual

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ AL;
- 2 – A prova contém **160 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-24-07>

01 – C E	21 – C E	41 – C E	61 – C E	81 – C E	101 – C E	121 – C E	141 – C E
02 – C E	22 – C E	42 – C E	62 – C E	82 – C E	102 – C E	122 – C E	142 – C E
03 – C E	23 – C E	43 – C E	63 – C E	83 – C E	103 – C E	123 – C E	143 – C E
04 – C E	24 – C E	44 – C E	64 – C E	84 – C E	104 – C E	124 – C E	144 – C E
05 – C E	25 – C E	45 – C E	65 – C E	85 – C E	105 – C E	125 – C E	145 – C E
06 – C E	26 – C E	46 – C E	66 – C E	86 – C E	106 – C E	126 – C E	146 – C E
07 – C E	27 – C E	47 – C E	67 – C E	87 – C E	107 – C E	127 – C E	147 – C E
08 – C E	28 – C E	48 – C E	68 – C E	88 – C E	108 – C E	128 – C E	148 – C E
09 – C E	29 – C E	49 – C E	69 – C E	89 – C E	109 – C E	129 – C E	149 – C E
10 – C E	30 – C E	50 – C E	70 – C E	90 – C E	110 – C E	130 – C E	150 – C E
11 – C E	31 – C E	51 – C E	71 – C E	91 – C E	111 – C E	131 – C E	151 – C E
12 – C E	32 – C E	52 – C E	72 – C E	92 – C E	112 – C E	132 – C E	152 – C E
13 – C E	33 – C E	53 – C E	73 – C E	93 – C E	113 – C E	133 – C E	153 – C E
14 – C E	34 – C E	54 – C E	74 – C E	94 – C E	114 – C E	134 – C E	154 – C E
15 – C E	35 – C E	55 – C E	75 – C E	95 – C E	115 – C E	135 – C E	155 – C E
16 – C E	36 – C E	56 – C E	76 – C E	96 – C E	116 – C E	136 – C E	156 – C E
17 – C E	37 – C E	57 – C E	77 – C E	97 – C E	117 – C E	137 – C E	157 – C E
18 – C E	38 – C E	58 – C E	78 – C E	98 – C E	118 – C E	138 – C E	158 – C E
19 – C E	39 – C E	59 – C E	79 – C E	99 – C E	119 – C E	139 – C E	159 – C E
20 – C E	40 – C E	60 – C E	80 – C E	100 – C E	120 – C E	140 – C E	160 – C E

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana e Luciana

TEXTO REFERÊNCIA

[1] A ideia de se poder definir o gênero *homo* atribuindo-lhe a qualidade de *sapiens*, ou seja, de um ser racional e sábio, é sem dúvida uma ideia pouco racional e sábia. Ser *homo* implica ser igualmente *demens*: em manifestar uma afetividade extrema, convulsiva, com paixões, cóleras, gritos, mudanças brutais de humor; em carregar consigo uma fonte permanente de delírio; em crer na virtude de sacrifícios sanguinolentos, e dar corpo, existência e poder a deuses de sua imaginação. Há no ser humano um foco permanente de *Ubris*, a desmesura dos gregos.

[2] A loucura humana é fonte de ódio, crueldade, barbárie, cegueira. Mas sem as desordens da afetividade e as irrupções do imaginário, e sem a loucura do impossível, não haveria élan, criação, invenção, amor, poesia.

[3] O ser humano é um animal insuficiente, não apenas na razão, mas é também dotado de desrazão.

[4] Temos, entretanto, necessidade de controlar o *homo demens* para exercer um pensamento racional, argumentado, crítico, complexo. Temos necessidade de inibir em nós o que o *demens* tem de homicida, malvado, imbecil. Temos necessidade de sabedoria, o que nos requer prudência, temperança, comedimento, desprendimento.

[5] Prudência, sim, mas isso não significa esterilizar nossas vidas, evitar riscos a qualquer custo? Temperança, sim, mas será mesmo necessário evitar a experiência da "consumação" e do êxtase? Desprendimento, sim, mas será mesmo necessário renunciar aos laços de amizade e amor?

[6] O mundo em que vivemos talvez seja um mundo de aparências, a espuma de uma realidade mais profunda que escapa ao tempo, ao espaço, a nossos sentidos e a nosso entendimento. Mas nosso mundo da separação, da dispersão, da finitude significa também o mundo da atração, do reencontro, da exaltação. E estamos plenamente imersos neste mundo que é o de nossos

sofrimentos, felicidades e amores. Não experimentá-lo é evitar o sofrimento, mas também não haverá gozo.

[7] Estamos condenados ao paradoxo de manter em nós, simultaneamente, a consciência da vacuidade do mundo e da plenitude que nos propicia a vida quando pode ou quando quer. Se a sabedoria nos incita ao desapego do mundo da vida, será que ela está sendo verdadeiramente sábia? Se aspirarmos à plenitude do amor, isso significa que somos verdadeiramente loucos?

[8] O amor faz parte da poesia da vida. A poesia faz parte do amor. Amor e poesia engendram-se mutuamente e podem identificar-se um com o outro.

[9] Se o amor expressa o ápice supremo da sabedoria e da loucura, é preciso assumir o amor.

(MORIN, E. Prefácio. *In: Amor, poesia, sabedoria*. Tradução Edgard de Assis Carvalho. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 7-9. Adaptado).

Em relação aos aspectos linguísticos e às ideias do texto apresentado, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto, a definição do ser humano como *homo sapiens* é a mais adequada possível, uma vez que a razão sempre prevalece sobre a desrazão, o que previne a humanidade de ficar sob os efeitos de uma afetividade que a levaria à paixão e à intensidade dos sentimentos.

02. Entende-se do texto que o *homo demens* é aquele que está submetido à falta de sabedoria, em que as paixões tomam conta de suas ações e que essas características devem ser contidas para que haja o cultivo de um pensamento racional e coerente.

03. O sentido original do texto e a sua correção gramatical seriam mantidos caso o vocábulo "temperança", no final do quarto parágrafo, fosse substituído por **moderação**.

04. No sexto parágrafo do texto, o pronome "-lo", em "Não experimentá-lo", se refere à expressão "nosso entendimento".

05. Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, as duas primeiras orações do oitavo parágrafo poderiam ser reescritas da seguinte forma **O amor faz parte da poesia da vida, apesar de que a poesia faz parte do amor.**

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos jurisprudenciais e doutrinários sobre o direito administrativo, julgue os itens a seguir.

06. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau da autoridade nomeante, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes de uma unidade da federação viola a Constituição Federal.

07. A investidura especial de seus dirigentes e os respectivos mandatos por prazo determinado são particularidades do regime jurídico das autarquias administrativas.

08. É constitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, ainda que se dê por meio de ato infralegal.

09. A admissão representa ato administrativo discricionário e ordinatório.

10. Segundo o Supremo Tribunal Federal, é possível que empresas públicas prestadoras de serviço público sejam abrangidas pela imunidade tributária recíproca.

11. **Situação hipotética:** Determinado processo administrativo, que ensejou a aplicação de multa a estabelecimento pela Secretaria de Fazenda de determinado estado brasileiro, foi revisto, de ofício, ao surgirem fatos novos que justificaram a inadequação da medida imposta. **Assertiva:** A revisão do processo, segundo prevê a Lei federal 9.784/1999, não pode resultar em agravamento da penalidade já aplicada.

No que se refere às licitações, assinale os cinco itens a seguir de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021:

12. A concorrência, por destinar-se a contratação de objetos de materialidade elevada, não admite a adoção do critério menor preço.

13. O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

14. A utilização do credenciamento é cabível em contratações na qual o objeto pertence a mercados fluidos.

15. É dispensável a licitação para contratação de serviços e obras para atender à situação de calamidade pública, desde que tais serviços e obras possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias, contados da data da ocorrência da calamidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito da organização do Estado, conforme disposto no Título III da Constituição Federal, julgue o item abaixo.

16. As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

Caso: João era Venezuelano quando veio residir no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência legal no país e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil e aqui fazer a farta distribuição, fato que gerou o seu repentino enriquecimento. A respeito da situação hipotética narrada, julgue os próximos itens.

17. A obtenção da nacionalidade brasileira por João deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, motivo pelo qual não poderia o Estado se recusar a reconhecer o direito a João.

18. Pelo crime narrado, João não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.

A respeito do Poder Judiciário e do Controle de Constitucionalidade, julgue os itens abaixo.

19. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, todas as ações contra o Conselho Nacional de Justiça, independentemente de natureza mandamental.

20. Caso: A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO), entidade de classe com representatividade em todos os estados e no Distrito Federal, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade (ADI) para contestar dispositivo da Lei Complementar 173/2020, que proíbe a realização de concursos para provimento de novos cargos na Administração Pública Federal. **Assertiva:** A FENAFISCO, conforme orientação constitucional e de

acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, preenche os requisitos para a propositura da ADI no caso em questão, uma vez que possui representatividade nacional e a pertinência temática está evidenciada.

21. Diferentemente do que se aplica à ação direta de inconstitucionalidade e à ação declaratória de constitucionalidade, pela própria razão de ser, não cabe medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

A respeito do Poder Legislativo e do processo legislativo, julgue os próximos itens, considerando o disposto da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria.

22. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.

23. No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.

24. A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.

A respeito do Poder Executivo, julgue o próximo item.

25. É inconstitucional dispositivo de constituição estadual que condiciona a análise de denúncia ou queixa-crime contra Governador à prévia autorização da Assembleia Legislativa.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

26. O empresário deve fazer a inscrição de seus atos constitutivos no Registro Público de Empresas

Mercantis, porém, em relação à instituição de sucursal, filial ou agência analise o item a seguir:

"É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, até mesmo o empresário rural se submete a essa obrigatoriedade."

27. Sobre administração de sociedade limitada, analise a afirmativa abaixo:

A responsabilidade dos sócios de uma sociedade limitada é limitada ao valor de suas cotas, porém todos os sócios respondem solidariamente pela integralização do capital social, há ainda a possibilidade de que uma sociedade limitada possa ser constituída por um único sócio e, nesse caso, aplicar-se-ão ao documento de constituição do sócio único, no que couber, as disposições sobre o contrato social.

28. A lei brasileira prevê a possibilidade de aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica, analise o item:

"Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz de ofício, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

29. A lei das sociedades anônimas prevê um limite para emissão das ações de acordo com o tipo de ação, analise a afirmativa abaixo:

"As ações, podem ser classificadas em ordinárias, preferenciais, ou de fruição, podendo haver divisões em classes de maneira que as ações ordinárias da companhia fechada e as ações preferenciais da companhia aberta e fechada poderão ser de uma ou mais classes, respeitando-se que o número de ações

preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar cinquenta por cento do total das ações emitidas."

30. O ato de transformação independe de dissolução ou liquidação da sociedade, e obedecerá aos preceitos reguladores da constituição e inscrição próprios do tipo em que vai converter-se, essa transformação depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, por fim, essa operação societária não modificará nem prejudicará, em qualquer caso, os direitos dos credores.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

31. Os contratos internacionais reputam-se constituídos no país em que forem aceitos.

32. Decai em 3 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.

33. A consignação em pagamento faz cessar, desde o depósito, os juros da dívida e os riscos incidentes sobre a prestação.

34. Nos contratos civis e empresariais, a revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.

35. A responsabilidade por cobrança indevida prescinde da demonstração de má-fé.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

36. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes

de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

37. No dia 02.07.2021, Juliana, nascida em 03.07.2003, realiza disparos de arma de fogo contra Maria, sua inimiga, em Santo André-SP, com intenção de matá-la, mas terceiros que presenciaram os fatos socorrem Maria e a levam para o hospital em São Paulo-SP. Após três dias internada, Maria vem a falecer, ainda no hospital, em virtude exclusivamente das lesões causadas pelos disparos de Juliana. Com base na situação narrada, analise o item que segue. Nesse caso, Juliana poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o momento do crime e a Teoria da Ubiquidade para definir o lugar;

38. Relativamente aos crimes contra a fé pública, analise a afirmativa a seguir. A conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário constitui crime contra a fé pública, não sendo necessário que se verifique nenhum tipo de utilização ou efetiva fabricação do selo de controle tributário.

39. Carlos Alberto, funcionário público, convida Mário Sérgio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Carlos Alberto, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Carlos Alberto, Mário Sérgio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, Carlos Alberto e Mário Sérgio respondem por peculato.

40. No que diz respeito aos crimes contra a Administração Pública julgue o item que segue. João, oficial de justiça, solicita à Lúcio o pagamento de dois mil reais para não cumprir rapidamente um mandado de citação. Lúcio então paga o valor ao funcionário público que retarda o ato de ofício, e não cumpre a

ordem em referência. Nessa situação, a conduta de João se amolda ao crime de prevaricação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

41. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue o item a seguir:

Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica, ressalvadas as autorizações previstas na legislação.

42. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir:

A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei, assim como a destinação legal do produto da sua arrecadação.

43. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

Norma legal que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária se sujeita aos mesmos princípios tributários que o tributo a que se refere.

44. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

Salvo exceções previstas na Constituição Federal, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos 3 meses da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

45. A respeito dos Limites ao Poder de Tributar, no que se refere à Medida Provisória, julgue o item a seguir:

Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, salvo exceções previstas na Constituição Federal, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se tiver sido convertida em lei até o último dia do ano em que foi editada.

46. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade tributária corresponde a uma hipótese de incompetência das pessoas políticas para instituir tributos.

47. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

A imunidade veda a instituição de tributos reciprocamente entre os entes federados aos quais é atribuída constitucionalmente a competência para instituir tributos.

48. A respeito das Limitações ao Poder de Tributar, julgue o item a seguir:

As contribuições sociais e as contribuições de intervenção no domínio econômico não incidirão sobre as receitas decorrentes de importação.

49. A respeito da Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

50. A respeito do entendimento dos Tribunais Superiores sobre Competência para legislar sobre Direito Tributário, julgue o item a seguir:

É vedado aos Estados e ao Distrito Federal instituir o ITCD na hipótese de o doador possuir domicílio ou residência no exterior, sem que exista a edição de lei

complementar sobre o assunto, conforme previsão constitucional.

51. Sobre os conceitos de bitributação e *bis in idem*, julgue o item a seguir:

Ocorre bitributação quando o mesmo ente tributante edita leis distintas que estabelecem múltiplas exigências tributárias em razão do mesmo fato gerador.

52. A respeito dos Tributos de competência da União, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir:

A Base de Cálculo do IOF, em relação às operações de câmbio, é o respectivo montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição.

53. A respeito dos Tributos de competência dos Estados, julgue o item a seguir:

É facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas máximas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

54. A respeito dos Tributos de competência dos Estados, julgue o item a seguir:

Não compreenderá na base de cálculo do ICMS o montante do imposto sobre produtos industrializados (IPI), quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto não destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

55. A respeito das Repartições das Receitas Tributárias, julgue o item a seguir:

Pertencerão aos Municípios 25% do produto da arrecadação do ICMS, sendo que, deste valor, até 35% será creditado de acordo com o que dispuser lei

estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos.

56. A respeito da Legislação Tributária, conforme prevê o texto Constitucional, julgue o item a seguir:

Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

57. A respeito da Legislação Tributária, julgue o item a seguir:

Vacatio legis é o período em que a norma jurídica não tem eficácia, embora esteja vigente.

58. A respeito da Legislação Tributária, conforme dispõe o Código Tributário Nacional, julgue o item a seguir:

Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo, do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

59. Em relação aos conceitos de Obrigação Tributária, Crédito Tributário e Lançamento, julgue o item a seguir:

A obrigação principal surge com o lançamento, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

60. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores a respeito de Responsabilidade Tributária, julgue o item a seguir:

Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

61. A respeito do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, no lançamento será feita a sua conversão para moeda nacional, utilizando-se o câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

62. A respeito do Parcelamento do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.

63. A respeito da Exclusão do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

A anistia pode ser concedida limitadamente às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, sendo conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

64. A respeito das formas de Extinção do Crédito Tributário, julgue o item a seguir:

Para os tributos sujeitos ao Lançamento por Homologação, caso o sujeito passivo declare e pague o crédito tributário apenas de forma parcial, o prazo decadencial será de 5 anos contados a partir da data do Fato Gerador.

65. Julgue o seguinte item, a respeito de obrigação tributária e crédito tributário:

Caso o contribuinte possua créditos inscritos em dívida ativa integralmente garantidos por penhora ou

créditos com a exigibilidade suspensa, é permitido que lhe seja expedida certidão de regularidade fiscal.

CONTABILIDADE GERAL

Gilmar Possati

66. A empresa Audazes e Furiosos S.A captou recursos em moeda estrangeira, a serem liquidadas ao final de 36 meses. Nesse sentido, a obrigação deve ser convertida à taxa de câmbio vigente na data do balanço.

67. Acerca dos procedimentos referentes à contabilização da depreciação, julgue a assertiva a seguir:

A empresa Audazes e Furiosos S.A adquiriu, em 01/04/2020, por R\$ 1.020.000,00, uma máquina para o seu processo produtivo. A nova máquina ficou disponível para uso na data de sua aquisição e nesse mesmo dia iniciou sua operação em dois turnos de 8 horas diárias. Sua vida útil estimada é de 10 anos e o seu valor residual igual a R\$ 60.000,00. Ao final de 2020, o valor dos encargos de depreciação reconhecidos na Demonstração do Resultado (DRE) será de R\$ 72.000,00.

Acerca da normatização contábil em vigor acerca dos critérios de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, analise a situação hipotética a seguir e julgue a assertiva correspondente:

68. Situação hipotética: Em 01/12/20X1 a empresa Audazes e Furiosos S.A realizou uma aplicação financeira no valor de R\$ 10.000,00, remunerada a uma taxa de 1% ao mês. Considerando seu modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, a empresa classificou essa aplicação como “Ativo Financeiro Mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado”. Ao final do mês de dezembro de 20X1, o valor Justo do título era de R\$ 10.400,00.

Assertiva: Considerando as informações apresentadas, pode-se afirmar que houve, ao final do mês de

dezembro de 20X1, um impacto no resultado do exercício de R\$ 300,00, positivo.

Descrição	R\$
Compras Brutas	50.000
ICMS a recolher	32.400
Aluguel a vencer	7.600
Abatimentos sobre Compras	5.000
Receita Bruta de vendas	180.000
Depreciação	25.000
Despesas administrativas	42.000
Comissões sobre Vendas	10.000
Abatimentos sobre Vendas	5.000
Receita financeira	15.000
Despesa financeira	20.000
Estoque inicial	20.000
Estoque final	35.000
Caixa	8.000
Despesas antecipadas	3.800
Fornecedores	5.000
Capital Social	18.000
Empréstimos e Financiamentos	8.000
Tributos sobre as vendas	32.400

Considerando os dados disponibilizados acima, referentes à gloriosa empresa Audazes e Furiosos S.A ao final do exercício financeiro, julgue os próximos itens.

69. As contas abatimentos sobre compras e abatimentos sobre vendas possuem a característica similar de impactar no cálculo do resultado bruto da empresa.

70. O custo da mercadoria vendida a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) será no montante de R\$ 35.000,00.

71. O lucro bruto apurado pela empresa foi maior que R\$ 120.000,00.

72. Para que uma obrigação, formalizada ou presumida, atenda ao requisito de “obrigação presente” no contexto da definição de passivo é condição suficiente que a obrigação já exista e que, em pelo menos uma circunstância, exigirá que a entidade transfira um recurso econômico.

73. A empresa Audazes e Furiosos S.A adquiriu, em 15/02/2020, um ativo intangível por R\$ 200.000,00 à vista, incorrendo em honorários de R\$ 10.000,00 para registro desse ativo intangível. Na data da aquisição, a empresa identificou que a vida útil do ativo intangível era indefinida.

Em 31/12/2020, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo, a empresa obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 205.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 190.000,00.

Após análise do teste de recuperabilidade aplicado, a empresa Audazes e Furiosos deverá reconhecer uma perda de R\$ 20.000,00.

As seguintes informações, referentes ao exercício de 2020, foram extraídas da contabilidade da empresa Audazes e Furiosos S.A:

Saldo inicial da conta Fornecedores	160.000,00
Saldo final da conta Fornecedores	280.000,00
Saldo inicial da conta Estoque de Mercadorias	520.000,00

Saldo final da conta Estoque de Mercadorias
560.000,00

Custo das mercadorias vendidas 1.660.000,00

De posse dessas informações, julgue os itens a seguir:

74. O valor das compras correspondeu a R\$ 850.000,00.

75. O valor pago pela empresa a fornecedores no exercício de 2020 foi superior a R\$ 1.600.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

A tabela a seguir apresenta informações relativas ao sistema de custos, produção e despesas de uma empresa que fabrica um único produto.

unidades produzidas	1.000
unidades vendidas	600
preço de venda unitário	R\$ 650,00
custos variáveis de produção unitários	R\$ 250,00
despesas variáveis de administração e venda unitárias	R\$ 100,00
custos fixos de produção totais	R\$100.000,00
despesas fixas de administração e venda totais	R\$ 50.000,00

A partir desses dados, julgue os itens a seguir, tendo em vista que não havia estoques iniciais, que toda a produção iniciada foi concluída no período e que as informações apresentadas são as únicas relevantes, relativas aos gastos da empresa.

76. A diferença entre o lucro apurado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável é inferior a R\$ 50.000.

77. Ao vender 500 unidades, a receita com vendas total se iguala ao total de custo e despesas da empresa.

78. O grau de alavancagem operacional da empresa, no momento dado, é superior a cinco vezes.

79. O estoque final de produtos acabados para fins societários é de R\$ 210.000.

80. A empresa está trabalhando com uma margem de segurança de 20%.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

81. Transparência, idoneidade e adaptação são os pilares da metodologia Scrum.

82. Sabedoria, Coragem, Foco, Agilidade e Respeito são valores da metodologia Scrum.

83. O Product Owner é o responsável exclusivo do Product Backlog. Já a responsabilidade do Sprint Backlog é do time de desenvolvimento

84. Kanban é uma metodologia visual que busca gerenciar o trabalho a ser feito balanceando as demandas com a capacidade de produção da equipe. É uma ótima ferramenta para se identificar gargalos durante o processo de produção.

85. No Kanban não há definição de papéis e cerimônias e o fluxo de atividades é contínuo com entregas definidas em ciclos de 2 a 4 semanas.

86. O principal intuito da gestão de processos de negócios é preparar a organização para enfrentar mudanças provenientes dos cenários nos quais elas estão inseridas através de um conjunto de atividades correlacionadas que uma organização executa para atingir os seus objetivos.

87. Os tipos de processos de negócio são definidos como primários, de suporte e de gerenciamento, sendo que este é responsável por medir, monitorar, controlar presente e futuro do negócio, assim como entregar valor diretamente aos clientes.

88. A partir do conhecimento não formalmente expresso, é necessária uma reflexão humana com o objetivo de disseminá-lo e torná-lo estruturado, racionalizado.

89. O Portal Brasileiro de Dados Abertos é o ponto central para a busca e o acesso aos dados públicos no Brasil. Sendo o Tribunal de Contas da União (TCU) o órgão responsável pela catalogação e consolidação no portal dos dados dos órgãos que terão informações publicadas na Internet.

90. A criação de índices em um campo que servirá de chave primária para uma tabela não é recomendada.

91. No modelo entidade-relacionamento, os relacionamentos descrevem as propriedades e características de uma determinada entidade.

92. Ciência de Dados é o ramo que combina várias ciências como psicologia, computação, matemática, estatística, probabilidade para tratar *Big Data* e transformá-los em informações úteis para um domínio específico.

93. O paralelismo, característica desejável de uma ferramenta de ETL, oferece suporte às operações de vários segmentos e a execução de código de forma mais rápida. Apesar disso, essa etapa é a mais demorada no processo de tratamento de dados para transformá-los em informações úteis.

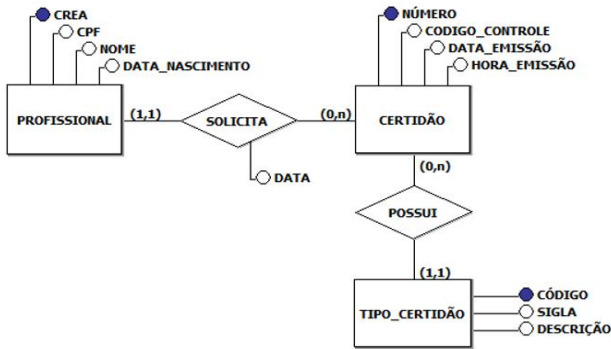


Figura 1

94. A **figura 1** representa uma modelo conceitual. Conclui-se portanto que um profissional pode solicitar no máximo uma certidão.

95. SHA1 e RC4 são considerados algoritmos hash criptográficos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Cinco moças foram acusadas de comer escondido o pedaço de bolo de chocolate de Joana. Ao entrar na sala, irritada, Joana as questiona:

- “Eu não fui”, responde Karen.
- “Foi a Emília”, garantiu Mônica.
- “Foi a Ju”, disse Emília.
- “A Mônica está mentindo”, retrucou Ju.
- “A Karen está falando a verdade”, disse Renata.

Sabe-se que apenas uma das moças mentiu e somente uma delas o pedaço de bolo de Joana.

96. Diante do exposto, pode-se concluir que Ju comeu o bolo e falou a verdade enquanto que a Mônica é a mentirosa.

Numa pesquisa de mercado, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três produtos; A., B e C. Os resultados das pesquisas indicaram que:

- 210 pessoas compram o produto A.
- 210 pessoas compram o produto B.
- 250 pessoas compram o produto C.
- 20 pessoas compram os três produtos.
- 100 pessoas não compram nenhum dos três produtos.
- 60 pessoas compram os produtos A e B.
- 70 pessoas compram os produtos A e C.
- 50 pessoas compram os produtos B e C.

97. Diante do exposto, pode-se concluir que o número de pessoas entrevistadas é superior a 600

Carlinha tem alguns cartões e disse a seu pai: “cada um dos meus cartões tem uma letra em uma das faces e um número em outra”. Carlinha complementou: “se na face de um cartão tem uma vogal, então no verso há um número ímpar”.

Em seguida, Carlinha mostrou frente e verso de três cartões.

	Primeiro cartão	Segundo cartão	Terceiro cartão
Frente	C	B	A
Verso	2	3	5

98. Pode-se concluir que somente um dos cartões apresentados contradiz o que Carlinha disse.

Quatro amigas estão em um mesmo lado de um rio que precisam atravessar. Elas dispõem de apenas um bote, que suporta somente duas pessoas por vez; logo, cada vez que uma dupla atravessa o rio, uma das amigas que já atravessou deve trazer o barco de volta para o outro

lado. Essas amigas, quando sozinhas, conseguem atravessar o rio respectivamente em 2, 3, 5 e 7 minutos. Quando estão em dupla, o tempo para atravessar o rio é a da amiga mais lenta.

99. Pode-se concluir que o menor tempo, em minutos, para que todas as amigas cruzem esse rio é superior a 18 minutos

Nos 10 jogos que disputou no último campeonato nacional, uma equipe marcou um total de 9 gols, tendo sofrido 7 gols.

Alguns amigos fizeram declarações a respeito da equipe baseadas nessas informações:

Ana: empatou pelo menos uma partida

Bia: não foi derrotada em qualquer um dos 8 jogos disputados.

Carlos: teve mais vitórias do que derrotas neste campeonato.

Dani: nunca marcou mais do que um gol no mesmo jogo.

Emerson: venceu pelo menos uma partida das 8 que disputou.

100. Pode-se concluir que mais de uma pessoa fizeram declarações verdadeiras.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

Determinado contribuinte industrial localizado em São Paulo efetuou as seguintes operações em determinado período fiscal:

- 1) Recebimento de material de uso/consumo, com ICMS destacado no valor de R\$ 1.000.
- 2) Venda de mercadoria de fabricação própria por R\$ 10.000 para contribuinte localizado no Estado do Espírito Santo.
- 3) Aquisição de matéria-prima com ICMS destacado no valor de R\$ 30.000 para fabricação de

mercadorias que saem com isenção do imposto, sendo essa situação inicialmente desconhecida.

- 4) Recebimento de energia elétrica com ICMS destacado no valor de R\$ 10.000, sendo que 50% da energia foi utilizada no parque industrial e a outra metade em atividades administrativas.
- 5) Jogou fora metade do material de uso e consumo recebido no mês uma vez que a mercadoria pereceu.
- 6) Houve extravio de 20% da matéria-prima adquirida.
- 7) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada sem similar nacional para revendedor no Rio de Janeiro.
- 8) Venda de R\$ 10.000 em mercadoria importada com similar nacional e não produzida de acordo com os processos produtivos básicos para revendedor na Bahia.

De posse das informações acima, julgue os itens 101 a 103 abaixo.

101. O contribuinte pode se creditar do ICMS da aquisição de matéria-prima, mas não do ICMS referente ao recebimento de material de uso/consumo.

102. A energia elétrica adquirida dá direito a crédito em sua totalidade, por se tratar de um estabelecimento industrial.

103. O contribuinte deve estornar crédito referente às mercadorias de uso e consumo que pereceram

Acerca do ICMS julgue os itens 104 a 106 a seguir.

104. O ICMS não incide sobre o ouro.

105. O ICMS incide sobre fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

106. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais sempre dependerá de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.

107. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é, tratando-se de mercadoria ou bem importado do exterior, a repartição aduaneira.

A lei do ICMS em Alagoas traz diversos dispositivos sobre o estabelecimento. Sobre o tema, julgue os itens 108 e 109.

108. Estabelecimento é o local, desde que privado e edificado, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadoria.

109. Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, em Alagoas, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, ainda que para retornar ao estabelecimento remetente.

110. O sujeito passivo não deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída for objeto de saída ou prestação de serviço com alíquota inferior à alíquota de entrada, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço.

111. De acordo com a lei 5.900/96, o sujeito passivo tem direito à restituição do imposto caso o fato gerador presumido seja realizado com base de cálculo inferior ao que serviu para cálculo e recolhimento do imposto.

Acerca da fiscalização do ICMS, julgue os itens 112 a 113 abaixo.

112. Devido ao sigilo bancário, as administradoras de cartões de crédito não deverão informar à Secretaria de Estado da Fazenda as operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares.

113. A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas naturais ou jurídicas, desde que contribuintes, que estiverem obrigadas ao cumprimento das disposições da legislação de regência do imposto, bem como em relação às que gozarem de imunidade ou de isenção.

114. Tendo em vista o princípio da legalidade, o Secretário de Estado de Fazenda não poderá dispensar livros e documentos fiscais.

115. A Secretaria da Fazenda sempre que entender mais prático, conveniente ou necessário, pode determinar a inscrição de estabelecimento ou pessoas que, embora não se revistam da condição de contribuintes ou responsáveis, intervenham no mecanismo de circulação de mercadorias ou bens e no de prestação de serviços.

116. O direito de utilizar o crédito extingue-se após decorridos cinco anos contados da data da entrada da mercadoria no estabelecimento adquirente, ainda que simbólica.

117. O lançamento de qualquer crédito do imposto relativo a mercadorias entradas ou adquiridas, ou

recebimento do serviço prestado, será feito no período em que se verificar a entrada ou aquisição da mercadoria ou recebimento do serviço. O lançamento fora desse período só será admitido na forma como dispuser o regulamento.

118. Somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento quando consumida no processo de industrialização.

119. A apropriação dos créditos do ativo permanente será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em houver sido emitido o documento fiscal referente à operação.

120. O contribuinte efetuará o estorno do imposto creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

121. No fornecimento de papel de parede cuja alienação esteja vinculada à respectiva instalação a base de cálculo do ICMS compreende somente o valor da mercadoria, salvo disposição em contrário.

122. O valor da importação expresso em moeda estrangeira deve ser convertido pela taxa de câmbio da data da ocorrência do fato gerador, ou seja, data do desembaraço aduaneiro.

123. Quando o frete cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular do estabelecimento remetente da mercadoria ou por empresa interdependente, na hipótese em que exceda o nível normal do preço em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constante de tabela elaborada pelo órgão competente, o valor excedente é havido como parte do preço da mercadoria.

124. A base de cálculo do ICMS referente à entrada de mercadoria não escriturada nos livros fiscais é o valor do documento de aquisição acrescido de 50%, salvo percentual específico aplicável à mercadoria.

125. As isenções serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelo Estado, conforme estabelecido em lei complementar estadual.

126. O ICMS não incide na operação com mercadoria componente do estoque do estabelecimento de um lugar para outro dentro de Alagoas em decorrência da mudança de localização.

127. Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento da entrada no estabelecimento do contribuinte de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação, destinada a integrar o respectivo ativo permanente.

128. O Pleno do CTE compõe-se de 1 Presidente e 8 julgadores, integrantes da 1ª e da 2ª Câmaras.

129. O fato gerador do IPVA ocorre no desembaraço aduaneiro quando da importação de veículos por concessionária para revenda.

130. Considera-se ocorrido o fato gerador do Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação no último dia do mês posterior ao do falecimento do de cujus, em se tratando de transmissões causa mortis.

AUDITORIA FISCAL

Guilherme Santanna

Texto: ao conferir o estoque de contribuinte localizado no estado de Alagoas, o Auditor-Fiscal Senhor Abravanel chegou à conclusão de que havia R\$ 20.000,00 no almoxarifado a mais do que acusavam os registros contábeis. A empresa declarou formalmente que não tinha como explicar tal diferença.

131. Em relação aos fatos narrados, é correto afirmar que foi observado um ativo oculto.

132. O fenômeno observado pelo auditor fiscal configura hipótese de presunção de omissão de receita, uma vez que é possível assumir que o contribuinte utilizou recursos oriundos de contabilidade paralela (“caixa 2”) para adquirir os ativos.

Texto: Em um processo de auditoria de importação, o auditor fiscal Gordon Ryan constatou que uma empresa domiciliada no estado de Alagoas importou um bem do exterior. O bem entrou no estabelecimento da empresa também localizado no estado de Alagoas. Foi verificado que esse tipo de operação não tem intuito comercial.

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir:

133. A empresa sob fiscalização não pode ser considerada pelo auditor fiscal como contribuinte do ICMS devido pela importação, uma vez que a operação não possui intuito comercial.

134. Para efeitos da cobrança do ICMS incidente sobre o bem importado do exterior e definição do estabelecimento responsável, o auditor fiscal pode considerar como local da operação o estabelecimento onde ocorrer a entrada física da mercadoria.

Texto: o auditor fiscal Risca Faca utilizou, em um processo de auditoria de um grande contribuinte fabricante de calçados, informação obtida em decorrência da quebra de sigilo de instituição financeira.

Considerando a situação acima, nos termos da LC 105/2001, julgue o item a seguir:

135. O Auditor Fiscal responde pessoal e diretamente pelos danos decorrentes da situação apresentada, sem prejuízo da responsabilidade objetiva da Secretaria de Estado de Fazenda.

136. A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, especialmente em crimes como, por exemplo, terrorismo e abuso sexual.

No que se refere à auditoria para os Estoques, julgue os itens a seguir:

137. Ainda que os estoques não sejam relevantes para as demonstrações contábeis, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente com relação a sua existência e condições mediante, por exemplo, acompanhamento da contagem física dos estoques.

138. Se a contagem física dos estoques for realizada em outra data que não a data das demonstrações contábeis, o auditor deve executar procedimentos para obter evidência de que as variações no estoque entre a data da contagem e a data das demonstrações contábeis estão adequadamente registradas.

Com base na situação apresentada, julgue os itens a seguir:

139. Para detectar o problema, o auditor realizou o teste principal para subavaliação de uma conta do passivo e teste secundário de superavaliação de uma conta do ativo.

140. No teste para subavaliação, geralmente, o auditor parte do documento para o razão geral, agindo de forma contrária ao do teste de superavaliação.

Em relação aos conceitos de evidência e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir:

141. Adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria. A quantidade necessária da evidência de auditoria é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

142. Se a evidência de auditoria obtida não é confiável, o auditor deve determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto, devendo considerar o efeito desse assunto, se houver, sobre outros aspectos da auditoria.

143. Em auditoria, a evidência fornecida por documentos originais é, geralmente, tão confiável quanto a evidência fornecida por documentos que foram filmados, digitalizados ou transpostos de outra maneira para forma eletrônica.

Acerca da Seleção de itens para aplicação de testes para obtenção de evidências e da Amostragem em Auditoria, julgue os itens a seguir:

144. Na aplicação de teste de controles, o auditor pode chegar a uma conclusão errônea por considerar que os controles são mais eficazes do que realmente são. Esse tipo de conclusão errônea afeta a eficiência da auditoria porque ela normalmente levaria a um trabalho adicional para estabelecer que as conclusões iniciais estavam incorretas.

145. Em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descobertos na amostra são anomalias, deve-se obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio não sejam representativos da população.

146. Exemplos de risco resultante da amostragem incluem o uso de procedimentos de auditoria não apropriados ou a interpretação errônea da evidência de auditoria e o não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

147. Se o auditor espera que a população contenha erro, é necessário examinar uma amostra maior do que quando não se espera erro, para concluir que o erro real da população não excede o erro tolerável planejado.

148. O risco de aceitação incorreta ocorre quando, ao aplicar um teste na amostra, o auditor conclui que há distorção relevante, quando ela não existe na realidade.

Em relação às normas para emissão de opinião de auditoria, julgue os itens a seguir:

149. Caso o auditor consiga evidência de que as demonstrações contábeis sob auditoria apresentam distorções cujos efeitos são relevantes e não generalizados, deve emitir uma opinião adversa.

150. A existência de incerteza relativa ao desfecho futuro de litígio excepcional ou ação regulatória é exemplo de circunstância em que o auditor pode considerar necessário incluir um parágrafo de ênfase.

Em relação à auditoria na EFD e NF-e, julgue os itens a seguir:

151. O bloco da EFD que contém os registros de entrada e saída de serviços sujeitos à incidência do ICMS é o bloco D.

152. A NFC-e (modelo 65) substitui a nota fiscal de venda a consumidor, modelo 2, e o cupom fiscal emitido por ECF.

153. Em uma venda interestadual para consumidor final, deve ser emitida uma Nota Fiscal Eletrônica, modelo 55.

154. A NF-e deverá ser assinada pelo destinatário, com assinatura digital, certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CPF ou CNPJ de qualquer dos estabelecimentos do contribuinte, a fim de garantir a autoria do documento digital.

155. O arquivo digital da NF-e deverá ser elaborado no padrão XML (*Extended Markup Language*) e a numeração será sequencial de 1 a 999.999.999, por estabelecimento e por série, devendo ser reiniciada quando atingido esse limite.

156. O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte conforme especificações de layout definido pela Unidade Federada a qual estiver credenciado e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês.

157. Informações relativas a quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação, em posse ou pertencentes ao estabelecimento do contribuinte declarante, ou fora do estabelecimento e em poder de terceiros fazem parte da totalidade de informações econômico-fiscais e contábeis que devem estar presentes no arquivo digital da EFD.

Julgue os itens a seguir:

158. A responsabilidade pela prevenção e correção de fraudes é do setor de compliance da entidade.

159. Ao verificar se o gerente de compras autorizava os pedidos de compra efetuados, segundo as políticas da entidade, o auditor aplicou um teste substantivo.

160. A obtenção de entendimento dos termos do trabalho faz parte das atividades preliminares ao planejamento da auditoria.

Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AL-24-07>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>



Estratégia
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>